

Resenhas

Edith Rasell e Richard Rothstein
(orgs.). *School choice:
examining the evidence.*
Washington: Economic
Policy Institute, 1993. 364 p.

Esse livro reúne os trabalhos apresentados e os debates realizados durante o seminário *Choice: What Role in American Education?* (Livre escolha: qual seu papel na educação norte-americana?), ocorrido em outubro de 1992. Faz parte de um grande debate, em desenvolvimento há alguns anos nos Estados Unidos, sobre as diversas propostas de reforma dos sistemas educacionais estaduais e municipais naquele país, a maioria delas já em andamento. Os participantes do seminário formavam um grupo heterogêneo, composto majoritariamente por pesquisadores e estudiosos do tema – das áreas de educação, economia, sociologia, planejamento urbano, ciência política, psicologia etc. – mas também por assessores de políticos e/ou ocupantes de cargos executivos, administradores de redes de ensino e de alguns programas educacionais privados.

A expressão *school choice* refere-se ao sistema que permite que as famílias escolham a escola onde

seus filhos vão estudar. As modalidades de sistemas de escolha são muito variadas: em alguns casos as famílias podem escolher entre escolas públicas e privadas, utilizando-se de vales (*vouchers*) distribuídos pelo governo; em outros casos a escolha se dá somente entre escolas públicas de um determinado distrito, podendo ou não haver uma ajuda para o transporte das crianças; há sistemas que combinam uma variedade de critérios, como cotas e sorteios, procurando evitar que as escolas se tornem segregadas por raça ou nível sócio-econômico. Em alguns sistemas, os pais podem optar por deixar seus filhos na escola mais próxima e não participar do programa de livre escolha, sendo que em outros todos os pais são levados a participar do sistema, mesmo que seja para escolher preferencialmente a escola mais próxima. Existem também as experiências de “mini-escolas” (*charter schools*), que funcionam em escolas grandes, geralmente secundárias (*high schools*), subdivididas em várias unidades, cada uma delas com características diferentes, para atrair estudantes com demandas variadas. Em alguns dos sistemas descritos, os mecanismos utilizados supõem também um certo grau de escolha por parte das escolas, que podem, com maior ou menor autonomia,

optar por aqueles estudantes que aceitam para matrícula.

Na introdução, Richard Rothstein resume e analisa os dados apresentados nas pesquisas relatadas no livro e comenta criticamente os principais argumentos utilizados pelos defensores e opositores do sistema de livre escolha em educação. O seminário procurou responder a três questões sobre o sistema: se este promove a igualdade de oportunidades; se melhora o rendimento dos alunos; se constitui o meio para reformar as escolas do país.

Historicamente, os Estados Unidos adotaram diversos critérios para distribuir os alunos em suas redes públicas de ensino elementar e secundário. O sistema mais usado foi sempre o de privilegiar a escola da vizinhança, fazendo com que as escolas aceitem como alunos somente as crianças e adolescentes moradores próximos; assim, para cada escola é delimitado um perímetro urbano ou rural que deve ser atendido. Os movimentos pelos direitos civis das décadas de 60 e 70 contestaram esse sistema, mostrando como a segregação racial das cidades levava também a uma segregação racial e econômica das escolas. Em quase todo o país foi então adotado o sistema de *busing*, ou seja, de garantir a heterogeneidade racial das

escolas através do transporte por ônibus escolares de crianças moradoras de um bairro para escolas de outro bairro com características raciais diversas. Esse sistema opera dentro de cada rede escolar, o que permite que os municípios com população homogênea continuem com escolas segregadas. Por outro lado, muitas famílias de classe média começaram a matricular seus filhos em escolas particulares para evitar que fossem enviados de ônibus para escolas públicas dos bairros pobres.

Nas décadas de 80 e 90, ao mesmo tempo em que mudava a correlação de forças políticas no país, a preocupação com a qualidade do ensino norte-americano, em comparação com os sistemas educacionais de outros países de industrialização avançada, como o Japão e a Alemanha, entre outros, incentivou muitos sistemas estaduais e municipais a introduzirem inovações e promoverem reformas em suas redes de escolas. Em 1987, Minnesota adotou o primeiro plano que permitia aos alunos escolher entre qualquer escola no estado; a cidade de Nova York já havia introduzido esse sistema, numa versão mais controlada, no 4º Distrito do Harlem do Leste (East Harlem's District 4), desde 1980; a partir de 1990, Milwaukee começou a fornecer aos pais de baixa renda do centro da cidade vales que lhes permitem freqüentar escolas particulares. Em 1993, informa Rothstein, treze estados e inúmeros municípios já haviam adotado alguma variante desse sistema.

Segundo os defensores da livre escolha, a possibilidade de as famílias escolherem a escola de seus filhos constitui um poderoso incentivo para que as escolas melhorem; alegam eles que as famílias mais ricas já possuem esse

direito, pois podem enviar seus filhos a escolas particulares, sendo portanto uma questão de justiça garantir também esse direito às famílias mais pobres. Como mostra Rothstein, os pressupostos dessa tese são, primeiro, que os pais sabem selecionar as escolas melhores para seus filhos, e, segundo, que competindo entre si as escolas ganham qualidade, ou seja, seus alunos alcançam melhores resultados acadêmicos. Os dados revelados pelas várias pesquisas apresentadas mostram, no entanto, que a realidade é bem mais complexa e contraditória do que supõem esses argumentos.

Várias pesquisas procuraram investigar como as famílias realizam suas escolhas, uma vez implantados sistemas de *school choice*. Amy Stuart Wells estudou o comportamento de famílias negras do centro da cidade de Saint Louis diante da possibilidade de enviar seus filhos às escolas dos subúrbios mais afluentes. Ela constatou que as famílias agem segundo diversas motivações, muitas das quais nada têm a ver com uma suposta avaliação da qualidade acadêmica das escolas. Em suas palavras, "muitos fatores, incluindo expectativas, atitudes raciais, percepção de eficácia, alienação e isolamento em relação à sociedade inclusiva, afetam a quantidade de informações acessíveis a pais e alunos e o tipo de decisões que tomam" (p. 30). Assim, os pais pesquisados decidiam ou não enviar seus filhos para as escolas dos subúrbios seja baseados na suposição de que estas eram melhores por serem predominantemente "brancas", seja pela preferência de manter os filhos junto a seus pares da mesma raça e grupo social. Entretanto, os pais que aceitaram participar do programa

apresentavam diferenças significativas em relação aos demais: eram menos pobres e mais bem informados.

John Witte apresentou alguns resultados de uma pesquisa em andamento sobre o programa implantado em Milwaukee, no estado de Wisconsin. Durante três anos, quase mil alunos, a maioria de famílias negras pobres, receberam vales que lhes permitiam freqüentar escolas particulares. O pesquisador encontrou nítidas diferenças entre os pais que fizeram uso do programa e os que não o aceitaram, que eram a maioria. Dentro de uma mesma faixa de renda, os pais que aceitaram participar apresentavam níveis de escolaridade mais altos do que os demais e tinham um maior grau anterior de participação nas escolas do bairro. No entanto, as escolas particulares não apresentaram resultados acadêmicos melhores do que as públicas, sendo que alguns dados preliminares mostraram que seus resultados eram até piores.

Outras pesquisas, uma delas realizada na Escócia, Grã-Bretanha, e uma outra realizada em um distrito relativamente afligente de Nova Jersey, encontraram resultados bastante semelhantes. Esses dados levantam muitas questões importantes. Mostram que o sistema de livre escolha pode privar as escolas dos bairros populares dos alunos das famílias mais educadas, menos pobres e mais participantes, justamente aquelas que poderiam estar contribuindo para sua melhoria. Pesquisa de Moore e Davenport (1989), citada por Rothstein, realizada em escolas de Boston, Chicago, Nova York e Filadélfia, confirma esse efeito perverso. Os dados colhidos pelos diversos estudos citados mostram, também, que as escolas escolhidas nem sempre são melhores em termos

acadêmicos. Se forem premiadas por serem as mais escolhidas, isso pode significar que mais recursos públicos irão para as escolas dos bairros mais ricos.

Porém, esses estudos apontam também para aspectos interessantes revelados pelos tipos de escolhas que os pais fazem. Em primeiro lugar, os critérios acadêmicos nem sempre são os mais valorizados pelas famílias. Outros critérios, como familiaridade com o ambiente escolar e com a população que o frequenta, conveniências práticas, ou busca de escolas mais disciplinadas e menos estigmatizadas, também estão presentes e são muitas vezes determinantes. Segundo, essas pesquisas mostram que, mesmo não sendo as escolas escolhidas academicamente melhores do que as anteriores, os pais se mostram mais satisfeitos com elas. Seria então importante avaliar o quanto essa maior satisfação poderia estar contribuindo para melhores resultados na escolaridade futura desses alunos.

Outro resultado interessante surge da comparação entre o que as pessoas declaram nas pesquisas de opinião e aquilo que realmente fazem na prática. Em vários levantamentos, a maioria das pessoas negras de baixa renda se declaram favoráveis aos programas de livre escolha. Entretanto, como mostrou uma avaliação realizada pela Carnegie Foundation for the Advancement of Teaching (1992), nos programas estaduais onde a participação é optativa menos de 2% dos pais decidiu mudar seus filhos de escola.

Se esses resultados indicam que a resposta à primeira pergunta do seminário é desencorajadora, ou seja, a livre escolha de escolas não parece estar promovendo igualdade de oportunidades, no caso da

segunda pergunta a resposta também não é simples.

A segunda parte do livro contém uma polêmica que gira em torno dos resultados apresentados por um estudo bastante divulgado nos Estados Unidos, realizado por John Chubb e Terry Moe, publicado em 1990 com o título de *Politics, markets, and America's schools*. Esses autores chegaram à conclusão de que as escolas controladas pelo mercado (*market driven*) são melhores porque não são dominadas por burocracias públicas e conselhos de educação eleitos. Vários comentaristas analisam criticamente esses resultados, sendo que o livro contém também a resposta dos autores a essas críticas.

Uma parte da polêmica direciona-se para os procedimentos estatísticos utilizados por Chubb e Moe para comparar os resultados apresentados por alunos de escolas particulares e públicas em testes realizados no início e no final do curso secundário. Segundo os autores de dois artigos que examinam esses procedimentos, Chubb e Moe teriam utilizado fatores de correção inadequados para ajustar os resultados brutos, o que distorceu suas conclusões. Assim, nas escolas onde os alunos iniciantes já apresentavam resultados melhores, as diferenças entre os resultados iniciais e os finais estariam sendo excessivamente valorizadas, em comparação com os ganhos verificados nas escolas onde os alunos apresentavam resultados iniciais piores.

Além disso, as críticas mostram que a escolha da amostra de escolas influenciou os resultados em favor das escolas particulares. Chubb e Moe utilizaram resultados de testes aplicados em todas as escolas secundárias do país, selecionando sub-amostras das

escolas com melhores e piores resultados. Os comentaristas apontam para o fato de os autores terem incluído na amostra das melhores escolas um número desproporcional de escolas particulares, o que os teria levado a conclusões enviesadas. Na realidade, eles argumentam, o que os dados de Chubb e Moe revelam é que as escolas que apresentam os melhores resultados são as escolas de menor tamanho. Seria o tamanho da escola, e não o fato de ela ser ou não controlada por burocracias públicas, o fator associado aos melhores resultados apresentados por seus alunos.

Outro aspecto da crítica aos procedimentos estatísticos desses autores refere-se ao tipo de análise de regressão simples utilizada. Quando os mesmos dados são submetidos à análise de regressão múltipla, o efeito da variável organização da escola perde importância perto do efeito das outras três variáveis consideradas: rendimento dos alunos no início da escola secundária, características sócio-econômicas dos pais e características sócio-econômicas das escolas. Segundo Sukstorf, Wells e Crain, a organização da escola explica menos de 1% das diferenças encontradas no rendimento dos alunos.

O que então torna as escolas melhores? — pergunta Rothstein. Ele cita um estudo sobre escolas católicas, não incluído no livro (Bryk et al., 1993), que explica os bons resultados obtidos por elas pelo tipo de envolvimento que seus educadores desenvolvem com os estudantes e suas famílias. Segundo esse trabalho, esses resultados são alcançados mesmo com alunos de baixa renda. É importante lembrar que, nos Estados Unidos, os católicos são minoritários,

geralmente bastante mobilizados, coesos e ciosos de sua identidade.

Michelle Fine descreve uma experiência que procurou replicar esse tipo de "clima" escolar, realizada em Filadélfia, com a subdivisão de 22 escolas secundárias públicas em noventa *charter schools*. O projeto foi implantado com a colaboração da Federação de Professores e de uma organização não-governamental apoiada por uma fundação privada. Cada uma dessas mini-escolas agrupa de duzentos a quatrocentos alunos e de oito a quinze professores. As famílias e alunos podem escolher entre as mini-escolas, mas há a exigência de que todas mantenham uma população heterogênea e um currículo interdisciplinar. Os resultados apresentados ainda são preliminares, mas mostram ganhos nos índices de aprovação e diminuição das taxas de abandono dos estudos, principalmente nas escolas que anteriormente apresentavam os piores resultados. A autora não apresenta dados de avaliações externas.

Uma experiência semelhante, também comentada no livro, é a realizada nas escolas públicas do 4º Distrito do Harlem do Leste, bastante famosas nos Estados Unidos sob o nome de "escolas secundárias vocacionais ímãs", ou *career magnet high schools*. Curiosamente, Robert L. Crain, o autor que descreve essa experiência, mostra-se bem mais otimista sobre seus resultados do que um dos debatedores, o superintendente distrital responsável pela implementação do projeto, Anthony J. Alvarado. Formulado durante um complicado processo de discussão, pressão e negociação entre organizações da sociedade civil e representantes do sistema escolar, o programa combina diversos critérios

para distribuir os alunos pelas diferentes mini-escolas em que as escolas se subdividiram: metade dos alunos são sorteados, uma parte escolhe e é escolhida pelas escolas obedecendo critérios de cotas entre os alunos com notas melhores, médias e piores, sendo que os 2% melhores alunos têm sua primeira escolha garantida. As escolas incluem no seu currículo, além da formação geral, uma parte de ensino profissionalizante, a qual varia de uma mini-escola para outra.

Anthony Alvarado joga um balde de água fria no entusiasmo dos debatedores, argumentando que, apesar das melhoras obtidas, nenhum dos presentes teria coragem de enviar seus filhos àquelas escolas. O que Alvarado parece estar dizendo é que a engenharia educacional mais bem concebida não é suficiente para alterar significativamente os efeitos que a discriminação e a desigualdade social produzem nos resultados acadêmicos dos jovens e adolescentes dessa área de Manhattan.

O debate final entre os assessores para educação do então presidente Bush e do candidato Clinton confirmam a conclusão de que as opções de reforma educacional baseiam-se muito mais em posições políticas antagônicas e em diferentes projetos de sociedade do que somente em critérios técnicos supostamente neutros.

No entanto, definido o rumo geral e escolhidas as prioridades, os resultados de pesquisas como as incluídas nesse livro podem ser úteis para o delineamento das estratégias e meios a serem utilizados nas reformas educacionais. No caso do Brasil, em que fórmulas semelhantes são divulgadas de forma truncada e mistificada, o acesso aos resultados de avaliações cuidadosas, como algumas das incluídas nesse volume, torna-se bastante útil, permitindo

uma análise mais informada e objetiva de algumas propostas de reforma que vêm sendo propagadas algo intempestivamente entre nós.

Referências bibliográficas*

- BRYK, Anthony S., LEE, Valerie, HOLLAND, Peter, (1993). *Catholic schools and the common good*. Cambridge: Harvard University Press.
- CARNEGIE FOUNDATION FOR THE ADVANCEMENT OF TEACHING, (1992). *School choice: a special report*. Princeton: The Carnegie Foundation for the Advancement of Teaching.
- CHUBB, John E., MOE, Terry M., (1990). *Politics, markets, and America's schools*. Washington: The Brookings Institution.
- MOORE, Donald, DAVENPORT, Suzanne, (1989). *The new improved sorting machine*. Chicago: Designs for Change.

Maria Malta Campos
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Fundação Carlos Chagas

* Só estão listados os trabalhos citados que não se encontram incluídos na coletânea resenhada